



GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA
VIII REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERH-PA

1 Aos décimo oitavo dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às nove horas, no
2 Auditório do Centro Integrado de Monitoramento Ambiental (CIMAM), teve início a **VIII**
3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Na
4 Presidência da Reunião estava o Secretário de Estado da Secretaria de Meio Ambiente e
5 Sustentabilidade – SEMAS: Thales Samuel Matos Belo; a Secretária Executiva do CERH –
6 Verônica Jussara Costa Bittencourt; e, no assessoramento da reunião estava a Sra.
7 Luciene Mota de Leão Chaves - Diretora de Recursos Hídricos - DIREH. Estiveram
8 presentes os conselheiros Tiago Ferreira da Cunha da Associação dos Municípios do
9 Araguaia Tocantins (AMAT), Orlando Sobrinho do Consórcio Integrado dos Municípios
10 Paraenses (COIMP), Francisca Lúcia Porpino Telles do Fórum Permanente dos
11 Secretários Municipais de Meio Ambiente do Estado do Pará (FOPESMMA), José Waterloo
12 Lopes Leal do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará (CREA), Patrícia
13 Rocha e Grece Kelly Alencar do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
14 (OAB), David Lopes da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES),
15 Valdinei Mendes da Silva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
16 (IFPA), Giovanni Chaves Penner da Universidade Federal do Pará (UFPA), Silvana do
17 Socorro Veloso Sodrê da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Dilson Frazão
18 e Jorge Luiz Botelho Soares da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência
19 (FAEPA), Carlos Alberto do Amaral do Centro de Estudos Pesquisa e Aplicação Pan-
20 Africano (CEPAPA), Alex Moreira da Secretaria Estadual De Desenvolvimento Econômico,
21 Mineração e Energia (SEDEME), Maria de Belém de Nazareth Gomez da Secretaria de
22 planejamento do Estado (SEPLAN), Iloé Listo de Azevedo da Fundação Amazônia
23 Paraense de Amparo à Pesquisa (FAPESPA), Ediano Santos da Secretaria de
24 Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), Leonardo Augusto Lobato Bello da
25 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (SEDOP). O **Sr.**
26 **Presidente do Conselho Thales Samuel Matos Belo** inicia sua fala recordando os
27 pontos de pautas da última agenda agradecendo a presença e colaboração de todos os
28 conselheiros. Abriu a reunião detalhando os avanços no CERH, inclusive, com a
29 disponibilização de uma sala apropriada para o funcionamento do Conselho no Ciman,
30 com identificação própria localizada ao lado da Secretaria executiva do COEMA. A ideia é
31 promover a integração dos dois Conselhos para deliberações em conjunto. A Semas, por
32 meio da Consultoria Jurídica, também apresentou orientação jurídica sobre o fluxo de
33 processos apreciados pelo COEMA. A Dra. Adriane que atua na Consultoria Jurídica e é
34 responsável pela análise de pasta processual do licenciamento e infração administrativa
35 ambiental, faz uma breve apresentação de como funciona o fluxo de processos
36 administrativos para apuração de infração ambiental no âmbito do Conselho até o
37 julgamento. Indica as legislações pertinentes na pasta dos processos punitivos e segue
38 expondo o fluxo de funcionamento desde o recebimento do auto de infração, passando
39 pela análise da Consultoria Jurídica e culminando no parecer jurídico que aplica a
40 penalidade e é encaminhado ao gabinete para apreciação do Secretário. Ao final de sua

41 fala a Dra. Mostra um modelo de auto de infração para a plenária e o Secretario Tales
42 intervém reforçando o papel do CERH nesse rito, onde por fim o auto chega até a análise
43 das Câmaras Técnicas e encaminhado à votação do CERH. Na sequência o **Sr.**
44 **Presidente do Conselho Thales Samuel Matos** aprova por unanimidade a Ata da VII
45 Reunião Extraordinária do CERH, de 23/11/2018. O outro ponto de pauta foi quanto à
46 deliberação sobre a proposta de Resolução que dispõe sobre o Plano Estadual de
47 Capacitação em Recursos Hídricos, que foi conduzido pela presidente da Câmara Técnica
48 respectiva Grace Kelly, a qual explana de modo geral sobre a Resolução e pergunta se já
49 alguma objeção dos conselheiros quanto à aprovação da Resolução, que previamente foi
50 encaminhada a todos para conhecimento. Verônica Bittencourt intervém ressaltando a
51 importância do Plano de Capacitação para o Estado do Pará; destaca também a atuação
52 da equipe responsável desde 2007 na SEMAS/DIREH que desenvolve as ações de
53 capacitação prevista na Política, através principalmente do atendimento de demandas dos
54 Municípios; reforça que esta Resolução do Plano Estadual de Capacitação trás as
55 diretrizes para a elaboração do Plano em si, que é uma meta obrigatória do Progestão 2, o
56 qual será produto do esforço de todos reunidos participativamente para decisão do
57 Cronograma, Orçamentos e Ações. Tiago da AMAT parabeniza o trabalho da CTCEAR em
58 relação ao Plano e sugere que deveria o público alvo da capacitação seja direcionado aos
59 técnicos servidores efetivos das Prefeituras. Geovanni também argumenta que é uma
60 restrição complicada limitar aos profissionais de carreira. Grace Kelly faz a leitura do Artigo
61 IX e sugere colocar em votação a diretriz geral dos participantes do Plano. O **Sr.**
62 **Presidente do Conselho Thales Samuel Matos** sugere então que como se trata apenas
63 da Resolução e não do Plano em si, poderia se deixar essas especificações no próprio
64 Plano no ano que vem, sugestão que é acatada pela plenária.

65 **A Promotora de Justiça Myrna Gouveia** questiona para a **Conselheira Grace Kelly** ao
66 citar o Artigo 8º do referido Plano de Capacitação Estadual em Recursos Hídricos e
67 pergunta como estão fechando essa atividade de “mediação e arbitragem de conflitos”. **A**
68 **Conselheira Grece Kelly** responde ao seu comentário que está de acordo com o que foi
69 proposto pela ANA (Agência Nacional de Águas), vai ser especificado no plano, menciona
70 que essa parte é como se fosse um indicativo norteador de como vai ser para poder ser
71 definido especificamente a atuação para o próximo semestre. **A Secretária Executiva**
72 **Verônica Bittencourt** ressalta que é um tema a ser trabalhado, sendo importante em nível
73 de Estado, já existe algumas regiões em que há os conflitos de uso, a própria ANA tem
74 muitas experiências por várias situações onde já ocorreram a nível de Brasil e informou
75 que a ANA poderá apoiar orientar o Estado, ministrando cursos e capacitações nessa área.

76 **A Promotora de Justiça Myrna Gouveia** faz um argumento que no âmbito jurídico a
77 aplicação e arbitragem de formas não judiciais de tratamentos de conflito é o que está em
78 voga, que o último levantamento do Conselho Nacional de Justiça tem 101 milhões de
79 processos, esses tratamentos não judiciais é o que está em voga, ressalta o avanço das
80 secretárias, na promotoria houve três atividades de resolução de conflitos de forma não
81 judicializadas, uma das grandes demandas é a contaminação do recurso hídrico por conta
82 do uso da aplicação da mandioca, no dia a dia da promotoria, a questão da barragem,
83 esses conflitos numericamente em uma instituição como o Ministério Público, requer muito
84 trabalho para o órgão. **O Conselheiro Giovanni Penner** faz um adendo sobre uma
85 questão importante na hora que houver uma capacitação, principalmente se vierem
86 representantes da ANA que sejam apresentados às realidades regionais e locais, os
87 conflitos que estão acostumados a mediar, na maioria das vezes são bem diferentes da
88 sua região, a realidade da ANA é bem diferente, sendo importante discutir as realidades do

89 Estado. **A Promotora de Justiça Myrna Gouveia** complementou ao argumento anterior
90 que a técnica de mediação é a mesma, os problemas apresentados são distintos da
91 realidade amazônica, fez sua qualificação e achava que sabia mediar e depois que se
92 aprende no lugar de ajudar estava atrapalhando, retrata a importância das qualificações, o
93 que contribui para aprender utilizando técnicas diversas para um conflito que as partes elas
94 mesmas possam buscar uma solução para o conflito, ela é apenas o agente facilitador, o
95 uso dessas técnicas são as que têm maior resolutividade, aplicou a justiça restaurativa no
96 âmbito da infância e juventude, tinha os seus dados de dois anos, apenas um adolescente
97 reincidiu usando a técnica se aplica e observa as partes satisfeitas com a solução que eles
98 mesmos construíram. **O conselheiro titular da Cooperativa de Pescadores Artesanais**
99 **e Armadores de Pesca do Estado do PARÁ (CEPAPA), Carlos Amaral** questiona que
100 existem vários conflitos nas bacias, seja das regiões e territórios, por motivo das espécies,
101 argumenta que a ANA esta por fora da realidade local, pelo trabalho da pesca artesanal e
102 não industrial, exemplifica que uma grande quantidade de rabetas utilizadas pelos
103 pescadores no rio gera impactos, faz referência a outro problema que seria as balsas que
104 irão começar a se deslocar mais para próximo da margem, trafegam no rio levando
105 alimento, local onde há desova basicamente da espécie, também menciona que não existe
106 uma interação muito grande entre as duas secretarias Secretaria de Desenvolvimento
107 Agropecuário e da Pesca-SEDAP e a Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade-
108 SEMAS, essa questão da capacitação vai dar ao conselho uma dimensão dos conflitos
109 entre indústria e artesanais. **A Conselheira Grece Kelly** menciona a proposta para a
110 inclusão do novo termo em que “O Plano abrangerá ações voltadas ao levantamento,
111 planejamento, implementação e avaliação continuada de atividades, cursos de formação e
112 capacitação, com o objetivo de aperfeiçoar a gestão dos recursos hídricos no Estado do
113 Pará, bem como promover a qualificação” e pergunta onde seria a inclusão. **O Presidente**
114 **do Conselho Thales Belo** faz sugestão que não necessitaria da inclusão. **A Conselheira**
115 **Grece Kelly** faz referência ao termo “prioritariamente”. **O Presidente do Conselho Thales**
116 **Belo** afirma que esse termo ficaria para o Plano, como diretriz geral não caberia essa
117 inclusão e faz referência ao apontamento que a Secretaria Verônica Bittencourt menciona
118 no final da Resolução no Artigo 12º foi colocado que entraria em vigor trinta dias após a
119 publicação e ela questionou sobre essa aplicabilidade, esse é um prazo que os membros
120 da Câmara Técnica de Capacitação e Educação Ambiental dos Recursos Hídricos-
121 CTCEAR deliberaram, ele sugeriu que pode ficar com esse prazo com 30 dias e pode ficar
122 em vigor a partir da publicação. **A Secretária Executiva Verônica Bittencourt** faz a
123 sugestão é que fique a resolução entra em vigor contada a data da publicação. **O**
124 **Presidente do Conselho Thales Belo** considera que sendo diretriz geral não tem
125 transição a ser executada e pode ser viável que esta Resolução entra em vigor, a contar
126 da data de sua publicação. **O conselheiro Ediano Sandes da Secretaria de**
127 **Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP)** faz consideração sobre os
128 conflitos que existem dentro das bacias hidrográficas que concede a pesca de pequena
129 escala quanto à pesca de grande escala esse é um problema que não é somente do
130 Estado do Pará e se trata de um problema de todos os Estados da Federação, uma vez
131 que a Política Nacional de Pesca e Aquicultura é definida em instrumento Federal, de
132 compartilhamento entre os Ministérios do Meio Ambiente através de suas autarquias como
133 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBIO e Instituto Brasileiro do
134 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e através do Ministério da

135 Pesca que foi criado em 2009 como culminância da Secretaria Especial da Aquicultura e
136 da Pesca (SEAP) criada em 2013 e ocorreu várias mudanças em apenas três anos, em
137 2016 o Ministério da Pesca para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-
138 MAPA logo em seguida para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
139 (MDIC) e depois voltou à presidência da República através de uma Secretaria e agora
140 sendo indicativo que a partir de janeiro retorno novamente como MAPA e ele menciona
141 que faz parte do Conselho Permanente de Gestão das Bacias Hidrográficas Amazônica e
142 Tocantins/Araguaia e faz referência ao Conselheiro Carlos Amaral que esteve semana
143 passada em Brasília na 3ª Reunião Ordinária desse Conselho discutindo alguns conflitos e
144 que infelizmente não havia representantes pescadores artesanais do estado do Pará, tinha
145 apenas representante à nível Federal, representando as demais Confederações,
146 considerando como conselho consultivo e deliberativo que auxilia aos ministérios na
147 tomada de decisões que concede a regulamentação e ordenamento dos recursos
148 pesqueiros dessas bacias hidrográficas que mencionou, assim foram tiradas vários
149 encaminhamentos, terá saída em breve até maio ou junho a saída do indicativo, haverá
150 uma próxima reunião para aprovar os encaminhamentos e com base no estudo feito pelo
151 subcomitê científico pertencente a este comitê permanente de gestão, haverá novidades
152 em breve, com mudança de período de defeso, mudança de espécie, exclusão ou inclusão
153 de espécie na lista de defeso, a nível de esclarecimento geral houveram várias sugestões
154 apontadas com base em estudo científico, esclarece que este Conselho tem importância
155 significativa, principalmente dentro da construção desses arranjos locais no que concede
156 principalmente aos acordos de pesca que são regiões de múltiplos usos e múltiplos
157 interesses e que certamente que este Conselho vai ser demandado para tomar suas
158 posições a esta atividade. **O Conselheiro titular da CEPAPA, Carlos Amaral** faz
159 considerações sobre a narrativa anterior que no seu terceiro e segundo mandato, ele
160 considera que as reuniões que ocorrem fora do seu Estado sejam direcionadas para
161 pesca, aquicultura, a discussão sobre a pesca artesanal deve ocorrer por meio deste
162 Conselho. **O Presidente do Conselho Thales Belo** em seguida aprova a Resolução que
163 dispõe sobre diretrizes de elaboração do “Plano Estadual de Capacitação em Recursos
164 Hídricos”. A seguir, o **Presidente do Conselho Thales Belo** parabeniza toda equipe
165 responsável pela proposta, discussão e engajamento no avanço de uma proposta de
166 atuação no Estado e menciona o ponto de pauta sobre a apresentação das etapas de
167 elaboração do Plano Estadual dos Recursos Hídricos pela Companhia Brasileira de
168 Projetos e Empreendimentos-COBRAPE. **A Secretária Executiva Verônica Bittencourt**
169 apresenta o convidado o *Christian* Taschelmayer da empresa COBRAPE, sendo esta a
170 consultoria que venceu a licitação para elaboração do Plano Estadual de Recursos
171 Hídricos do Pará, retrata que o plano é um dos instrumentos da Política Estadual de
172 Recursos Hídricos, sendo importante para a atuação nessa agenda no âmbito Estadual e
173 no ano de 2018 foi aprovado com recurso próprio do Estado, sendo este contrato no valor
174 de três milhões e trezentos mil aproximadamente, o plano será elaborado no prazo de 18
175 meses, no final de 2019 a empresa estará concluindo este trabalho, no termo de referência
176 foi amplamente discutido com o Conselho, tem todas as etapas a serem cumpridas pela
177 COBRAPE e o convidado **Christian Taschelmayer** coordenador deste trabalho no Estado
178 no qual irá apresentar o que já foi desenvolvido, de que forma estão atuando e que etapas
179 serão apresentadas pela empresa COBRAPE e ela ressalta que o Conselho é fundamental
180 nesse processo, todos os produtos serão apresentados em reuniões do Conselho

181 Estadual de Recursos Hídricos e ao final é o Conselho que aprova o Plano que está sendo
182 elaborado, ressalta a importância do acompanhamento por parte dos Conselheiros bem
183 como a Câmara Técnica do Plano Estadual que está acompanhando mais de perto
184 recebendo todos os produtos, avaliando, encaminhando recomendações à empresa e está
185 sendo um trabalho desenvolvido por um grupo técnico especialista no caso da SEMAS da
186 área de recursos hídricos a avaliação desses relatórios juntamente com os membros da
187 Câmara Técnica do Plano e todas as etapas que foram citadas serão apresentadas os
188 produtos no âmbito do Conselho e será apresentado o calendário, discorre que falta
189 somente o Estado do Pará, Amazonas e o Acre a elaborar seus Planos Estaduais, ressalta
190 que está é uma corrida que o Estado luta por muitos anos desde 2008 quando foi recebido
191 um recurso que foi devolvido ao Ministério do Meio Ambiente- MMA, não foi suficiente para
192 o Plano Estadual, aborda sobre as dificuldades que o Estado do Pará é muito grande, tem
193 uma diversidade enorme, as distâncias para atingir os municípios, o que tornou o Plano um
194 pouco mais caro que dos outros Estados do Brasil, retrata na época o recurso foi pequeno
195 quanto foi feita a cotação de valores para contratação, foi uma prioridade deste Governo,
196 cita que o Dr. Luiz Fernandes desde o ano de 2017 definiu como prioridade da agenda
197 hídrica e garantiu o recurso do Estado para elaboração do Plano e em maio de 2018 foi
198 concluída a licitação e foi assinada a contratação com a COBRAPE e conclui sua fala ao
199 referir que é um passo importante para o Estado, mais um trabalho que vai ser continuado
200 e é importante que o Conselho participe de tudo isso e esteja acompanhando a nova
201 gestão e cobrando todo este processo do Estado do Pará é fundamental. Em seguida,
202 **Christian Taschelmayer da Empresa COBRAPE** faz uma breve explanação sobre o que
203 se refere o Plano Estadual, apresenta quais são as etapas previstas com o cronograma
204 previsto pelo próprio termo de referência e a situação atual do que já foi realizado e quais
205 serão os próximos passos em curto prazo. Ele fez uma apresentação breve da empresa
206 COBRAPE, aborda sobre a experiência da empresa na parte de recursos hídricos, as
207 etapas que estão previstas pelo próprio Plano Estadual, quais são os produtos previstos
208 para ser entregue, o cronograma que foi previsto desde o início e qual é a sua situação
209 atual. Ele expõe que a COBRAPE é uma empresa que está há 30 anos no mercado, tem
210 um corpo técnico de 600 colaboradores, a sede fica em São Paulo, ela trabalha com a
211 melhoria contínua de capacitação da própria equipe e mantém uma política de gestão
212 integrada pra respeitar as normas que estão estabelecidas, além de outros escritórios no
213 Brasil, ele fica sediado em Curitiba, que é o principal escritório que está trabalhando com o
214 Plano Estadual de Recursos Hídricos com o apoio de uma empresa em Belém, as suas
215 áreas de atuação que vão desde o estudo integrado de planejamento, gestão de demanda
216 da água até outros planos, estudos e projetos. A empresa realizou o Plano Estadual de
217 Recursos Hídricos do Paraná, do Estado do Tocantins, de Goiás cumprindo em 2015 e foi
218 entregue no mês de novembro os produtos finais do Plano Estadual de Recursos Hídricos
219 do Espírito Santo. Em termos de plano de bacia foi feito no Rio Parnaíba, no âmbito
220 Federal, alguns rios Estaduais, como uma bacia importante no Paraná e o rio Paraopeba
221 esta em andamento, sendo um dos principais mananciais de abastecimentos em Belo
222 Horizonte. Outros planos relacionados à parte de zoneamento ecológico econômico do rio
223 São Francisco. Em outra fala aponta o que seria o Plano Estadual de Recursos Hídricos, o
224 seu principal objetivo é desenvolver um instrumento de gestão que contribua para atenuar
225 os conflitos existentes relacionados aos recursos hídricos do Estado para assegurar a
226 disponibilidade hídrica atual e as futuras gerações, sendo que o Plano trabalha com um

227 horizonte de 20 anos e são basicamente quatro grandes etapas: uma etapa inicial de
228 embasamento metodológico, que é um plano de trabalho que fornece o direcionamento
229 para o andamento; um diagnóstico, é diagnosticar todos os recursos hídricos e outras
230 características relacionadas aos recursos hídricos dentro do Estado; a terceira etapa é o
231 prognóstico dos cenários, é fazer algumas projeções ou algumas possibilidades que
232 poderão ocorrer no futuro de até 20 anos e verificar como vai ficar a situação dos recursos
233 hídricos com esses prognósticos e a partir disso elaborar programas e metas para evitar
234 conflitos potencialmente. Apresentou um esquema geral de como funciona, sendo uma etapa
235 inicial de coleta de dados e estruturação, seguida de um diagnóstico do estado, onde são
236 realizadas caracterizações físicas, bióticas, socioeconômicas, fazendo-se levantamento de
237 disponibilidade hídrica e outras áreas de conflito, e por fim, é feito um balanço hídrico,
238 verificando qual é a situação dos recursos hídricos, para a próxima fase do prognóstico
239 onde é feita estimativas de projeções populacionais e outras expectativas da própria
240 população local em termos de avanço e crescimento e o plano de ações que são medidas
241 para prevenir ou direcionar melhor esses prognósticos que podem acontecer. Esclarece ao
242 apresentar o fluxograma que são no total de oito grandes produtos: o primeiro produto é a
243 base metodológica, já foi entregue a SEMAS e foi apresentado e aprovado; o segundo
244 produto que está sendo feito agora é o diagnóstico dos recursos hídricos, já foram
245 coletados todos os dados e informações referentes aos recursos hídricos e terminando as
246 conclusões dos balanços hídricos para apresentar a SEMAS. Também foi apresentado
247 todas as variáveis do diagnóstico, das caracterizações físicas, bióticas, parte de
248 demografia já retratadas anteriormente, avaliações de estimativas de disponibilidade
249 hídrica quanto superficiais quanto subterrâneas para verificar o que se tem disponível de
250 recursos hídricos e após isso verificar o que tem de consumo dos recursos hídricos na
251 estimativa de demandas hídricas e fazer uma relação entre elas para ter o balanço hídrico,
252 que é uma das conclusões do diagnóstico, no final de cada grande etapa é previsto a
253 participação da sociedade nas consultas públicas, são quatro cidade polo e três rodadas,
254 no total são doze consultas públicas, apresentando cada uma das fases que foram
255 elaboradas e coletando contribuições de toda a sociedade. As três rodadas de consultas
256 públicas serão acompanhadas no início de 2019, apresentando o diagnóstico, na metade
257 do ano o prognóstico e no final do ano de 2019 a parte final das diretrizes do programa e
258 metas. As próximas etapas depois do diagnóstico são as projeções e prognósticos e
259 cenários, com isso é feito a consolidação dos prognósticos e cenários, agregando as
260 incorporações que são feitas nessa segunda rodada de consultas públicas e assim
261 gerando um quinto produto e após isso a sexta etapa que são elaborar as diretrizes do
262 cronograma e metas, também existe uma fase de consolidação dessas diretrizes que são
263 programas e metas, em uma terceira rodada ocorre às consultas públicas adquirindo essas
264 contribuições e cada uma das consultas, gerando o sétimo produto e por fim os produtos
265 finais que é o documento consolidado do Plano Estadual de Recursos Hídricos que
266 contempla todas as etapas, o sumário executivo, que é uma versão mais sucinta de tudo
267 que teve dentro do Plano Estadual, o banco de dados relacionados ao Plano Estadual, é
268 uma grande quantidade de informações e uma organização dessas informações tanto
269 coletadas quanto desenvolvidas ao longo do Plano, mostrando os resultados e sendo esta
270 à última fase a apresentação do produto final para o Conselho Estadual e os três produtos
271 finais. Demonstra na sua apresentação a lista de todos os produtos e as datas previstas de
272 entrega que são estipuladas pelo termo de referência, sendo a previsão de conclusão em

273 dezembro de 2019. Para acompanhamento mais rígido da SEMAS é feito uma entrega de
274 relatório de progresso a cada 60 dias para a empresa apresentar à SEMAS sobre o
275 andamento de cada um desses produtos de cada uma dessas etapas que são previstas.
276 Mostra um cronograma mais detalhado de todas as etapas, a cada dois meses, a empresa
277 está finalizando o diagnóstico e a previsão de entrega é no mês de dezembro e início de
278 janeiro irá fazer a apresentação para à SEMAS e agregar suas contribuições para fazer
279 alterações, relata o que já foi feito deste plano: já foi entregue o primeiro produto, foi
280 entregue em setembro e aprovado em outubro, já foi feito o levantamento de
281 sistematização de informações relacionadas aos recursos hídricos, consultando as
282 principais fontes que possui informações do Estado, inclusive com reuniões presenciais
283 para a coleta de informações das Secretarias Estaduais e órgãos de Saneamento, foi
284 enviado um ofício para à SEMAS para solicitação de dados formais para ter um maior nível
285 de qualidade dessas informações para que gerem resultados mais confiáveis do Estado,
286 comenta que o segundo produto do diagnóstico ao referir que sua previsão de entrega será
287 dia 20 de dezembro e foi elaborado um website do Plano Estadual de Recursos Hídricos,
288 já está em funcionamento, o acesso é disponível ao público, ele foi discutido pela parte de
289 layout conteúdo e o próprio nome de domínio com a SEMAS e tem uma parte que é
290 bastante importante que é a contribuição de qualquer usuário para receber e colocar nos
291 relatórios, possui um link que gera um formulário que vai receber as contribuições que
292 podem vir, a ideia desse site é divulgar o máximo para ter maiores contribuições possíveis
293 de todo o Estado. **A Secretária Executiva Verônica Bittencourt** agradece a
294 apresentação do que está sendo desenvolvido e destaca que é importante o
295 acompanhamento do Conselho neste trabalho. **O Conselheiro Giovanni Penner** faz um
296 apontamento e considera como um instrumento fundamental o Plano Estadual de
297 Recursos Hídricos, mostra sua preocupação ao discutir as questões dos sistemas de
298 informação, é a base que está sendo trabalhada agora com relação ao diagnóstico ao se
299 referir que o sistema de informação é muito deficitário e dependente de algumas
300 instituições e em alguns momentos está incompleto, ele está apto a receber estas
301 informações para obter conhecimento dela e receoso que a informação está sendo muito
302 superficial e menciona sobre outra questão importante para não esquecer os objetivos do
303 plano, um dos objetivos que está previsto em lei e assegurar a disponibilidade dos
304 recursos hídricos ao longo do tempo, direcionar o uso racional e o desenvolvimento
305 sustentável e prevê prevenção de eventos extremos. **O Conselheiro Suplente Leonardo**
306 **Bello** argumenta que na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras
307 Públicas (SEDOP) ao se tratar que desde 2015 vem tentando regulamentar as Regiões
308 Metropolitanas do Pará, em função da lei de 2015 foi regulamentado o Estatuto da
309 Metrópole, especificamente a região de Belém e Santarém, com vista na elaboração do
310 Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado que era preconizado, na virada do ano de
311 2018 os prazos foram modificados, as penalidades foram retiradas e vieram prioridades
312 administrativas para o governador e não foi feito esse Plano, e dar continuidade deste
313 trabalho na SEDOP com prerrogativa, sendo que atualmente tem um projeto de lei que
314 chegou na SEDOP para a criação da Região Metropolitana de Marabá ainda não se iniciou
315 pois ainda tem que ser feito o estudo de função pública de interesse comum, parabeniza o
316 trabalho realizado pela COBRAPE, em Santarém e Marabá e Belém, em relação ao nível
317 de detalhamento que possa ser feito nas suas análises dos diagnósticos a serem feitos,
318 que eventualmente isso possa subsidiar ao Conselho no entendimento dessas funções

319 públicas, que só podem ser resolvidas quando a gestão integrada do município, faz a
320 sugestão referente as três localidades-Santarém, Marabá e Belém se possível pudesse dar
321 um foco mais específico nas bacias urbanas, nos recursos que são demandados por mais
322 de um município. **Valdinei Mendes da Silva- conselheiro titular do Instituto Federal do**
323 **Pará (IFPA)** faz sua contribuição ao ser surpreendido positivamente pelo fato de que essa
324 estratégia de garantir a visibilidade e transparência na construção ela deve ser explorada
325 ao máximo por conta da realidade, questiona será que vai conseguir contemplar os
326 conflitos, a realidade no Baixo Tocantins, os acordos de pesca que já existem, se
327 funcionaram ou não funcionaram, onde estão estes povos, lembrando que tem
328 representante dessa comunidade no Conselho, também para tentar superar o desafio,
329 quando o Conselho chama para composição no próprio funcionamento do Conselho e
330 representante da sociedade civil, existe uma dificuldade muito grande para compor esses
331 representantes, retrata que isso é bem provável pela pouca comunicação que existe entre
332 essas representações e a própria existência do Conselho, seria necessidade de uma
333 divulgação em todos os jornais em horário nobre, ao informar que está elaborando um
334 Plano que impactará diretamente na vida de todos os paraenses relacionado com a água,
335 ao ponto de se tornar um fato que todos saibam, criar um movimento para acompanhar a
336 elaboração do Plano, questiona se hoje o movimento de pesca no Pará está mobilizado
337 para acompanhar a construção do Plano ou não, argumenta que só seria o conselheiro
338 que tomou esse conhecimento ou ficou com a responsabilidade de repassar, afirma que o
339 próprio governo tem dentro da sua programação de prestação de contas, investiria uma
340 parte desse recurso, é um grande momento, o Conselho tem experiência da elaboração de
341 outros planos e o que não deu certo, o próprio processo de construção, o Conselho possui
342 a responsabilidade muito grande de extrair dessas audiências e garantir algo melhor, como
343 o monitoramento da contribuição ser um indicativo, retrata que não está conseguindo
344 motivar os setores a participar de um processo, e teria que mudar a estratégia, sugeri que
345 a prévia do diagnóstico deve dar visibilidade das regiões precárias, no momento da
346 construção do plano, a grande riqueza é o cidadão se identificar, se na sua região tem
347 água, a experiência pode ser registrada como algo que propor resposta a essa imensidão
348 de recursos hídricos e conflitos ainda a serem descobertos, destaca a importância dessa
349 ferramenta criando estratégias para que ela funcione de fato efetivamente. **Silvana do**
350 **Socorro Veloso Sodré- Conselheira da Universidade Federal da Amazônia (UFRA)**
351 continua a fala referente do Conselheiro Valdinei ao argumentar até que ponto essa
352 participação é efetiva, ela expõe que foi colocado doze consultas, três rodadas de consulta
353 e também a forma das pessoas se posicionarem sobre esse tipo de apresentação no site,
354 questiona se o quilombola, o ribeirinho, as populações tradicionais que estão inseridas
355 dentro de todo esse contexto, a legislação contribui para essa participação popular e a
356 mobilização, ela questiona se existe a possibilidade dessas pessoas poderem se
357 posicionar e participar de toda essa discussão dentro dessa forma que foi colocada, possui
358 dúvidas até que ponto existe efetividade da população em compor esse sétimo produto a
359 partir da forma que foi exposto, ela discute que esse tipo de participação restringe muito.
360 **Maria de Belém de Nazareth Gomez- Suplente da Secretária de Planejamento do**
361 **Estado (SEPLAN)** argumenta que para o próximo ano terá audiências públicas para a
362 construção do próximo Plano Plurianual-PPA , que esse vai encerrar no ano de 2019, será
363 um bom momento para ouvir essas manifestações, entender essa contribuição que
364 certamente acontece neste momento, menciona se provocar um estímulo essas respostas

365 naturalmente já vem nesse momento, a participação da SEPLAN para contribuir com seus
366 técnicos e somar ,sendo o interesse de todos. **Dilson Augusto Capucho Frazão-**
367 **Conselheiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA)** faz
368 consideração sobre o Conselho de Recursos Hídricos, retrata sobre o Plano Estadual de
369 Recursos Hídricos, ressalta que está a treze dias do novo governo, faz uma pergunta ao
370 **Presidente do Conselho Thales Bello** sobre o processo de transição, ao argumentar que
371 essas questões tem que ser levadas muito em consideração e conhecimento da sua
372 importância para o próximo governo ao se referir que todo esse trabalho que está sendo
373 realizado na função do Presidente do Conselho possa dar continuidade. Faz outra
374 consideração ao cronograma apresentado pela empresa, ao falar do propósito de entregar
375 esse Plano acabado até dezembro de 2019, que haverá muito trabalho pela frente dentro
376 do cronograma pré-estabelecido e enfatiza a importância dessa transferência desse
377 trabalho que foi feito não perca o seu rumo para que se continue caminhando dentro da
378 normalidade mesmo com mudanças do governo. **O Presidente do Conselho Thales Belo**
379 a partir da fala dos conselheiros compreende a pertinência com que trazem as demandas,
380 primeiro com relação à comunicação que a Conselheira mencionou de como fazer chegar
381 esse trabalho e direciona para a empresa juntamente aqueles que estão na ponta, aqueles
382 que precisam ter acesso diferenciado do que está sendo desenvolvido e qual é a efetiva
383 participação que isso ocorra, enfatiza a pertinência de trazer essa apresentação para este
384 Conselho por conta das diferentes atuações e diferentes frentes. Ele faz referência ao
385 conselheiro que menciona sobre a publicidade deste trabalho de como essa comunicação
386 e acesso está ocorrendo, percebam sobre sua responsabilidade que os Conselheiros tem
387 enquanto multiplicadores desse processo, acha pertinente a proposta da SEPLAN, no
388 trabalho de descer ao município e desenvolver audiências públicas relacionadas a
389 proposta sobre o que vai ser executado nos próximos anos e nos próximos meses e
390 questiona de como pode agregar esse trabalho enquanto instrumento que vai ser discutido
391 na audiência pública que a SEPLAN está desenvolvendo, como o Ministério Público e
392 como as outras instituições parceiras podem oferecer o suporte também nessa
393 publicidade, menciona que o site não vai ser a maior referência de acesso, mas também a
394 necessidade de criar naquele momento de maior diálogo e questiona como o Conselho
395 consegue desenvolver isso e se for o caso chamando para uma audiência pública de
396 maior visibilidade, de fácil acesso as populações envolvidas ou desenvolver isso por região
397 junto ao Estado, argumenta que a proposta foi lançada junto ao edital de condução e a
398 empresa vem executando o trabalho, os Conselheiros enquanto gestores dessa política
399 engajados com essa demanda e terem conhecimento de como divulgar da melhor forma
400 possível, expressa que é um desafio que foi lançado aos Conselheiros enquanto Conselho
401 e também um desafio lançado enquanto órgão do Estado Gestor que é a SEMAS. Outro
402 argumento, ele faz referência que o Conselho não menciona sobre o cuidado que devem
403 ter pela não descontinuidade desse trabalho e o hoje o que os preocupa um pouco seja
404 esse trabalho que envolve a transição o que até hoje não recepcionou a nova gestão na
405 SEMAS para que ele e a Secretária Verônica tivessem a oportunidade de repassar todo
406 esse trabalho, sendo uma agenda extremamente densa que a Secretária do Meio
407 Ambiente executa, apresenta essa proposta para esse diálogo aberto com os conselheiros
408 e eles possam ajudar a assegurar a continuidade deste trabalho, faz referência ao
409 representante da empresa COBRAPE expos com metas e atuações a serem cumpridas,
410 sendo que isso os assegura pela existência de um instrumento contratual, no contrato

411 essas cláusulas estão expressas e que no máximo pode ocorrer uma repactuação que não
412 é proposta, pois os prazos estão alinhados e os conselheiros precisam concluir esse
413 trabalho e que se tornaram multiplicadores e asseguram essa continuidade a ponto de
414 efetivar tudo isso sendo este o desafio maior e como foi mencionado são poucos dias para
415 que essa gestão modifique, mas que esse é o trabalho de urgência, de atuação, de
416 natureza continuada e que precisam dar vazão para que ocorra, assim como estão
417 aprovando Resoluções, assim como estão aprovando as Atas Administrativas internas, ele
418 pede aos Conselheiros que o outro presidente irá atuar e menciona para discutir esse
419 trabalho e que haja essa cobrança, que essa continuidade ocorra e não tenha percalços,
420 paralizações no trabalho que os Conselheiros vem construindo, ele percebe o engajamento
421 que vem ocorrendo seja na câmara técnica, em cada órgão de atuação e terão que
422 verificar a melhor forma de assegurar essa participação social, para entender enquanto
423 Conselheiros que esta sendo um trabalho efetivo, obviamente existe um contrato, existe
424 uma execução a ser efetivada, mas que podem qualificar esse trabalho no meio do
425 caminho e dar maior publicidade para que a sociedade gere o sentimento de
426 pertencimento. Faz outro argumento ao retratar que quando se consegue fazer com que
427 esse trabalho alcance o social de uma forma mais segura, é muito mais difícil de
428 desqualificar o trabalho, dar descontinuidade e até paralisar, ele entende que não é a
429 proposta para o próximo gestor, faz referência ao tempo que foi alcançado para chegar
430 neste momento de ter algo projetado por uma execução, que realmente não venha
431 retroceder e agradece a participação da empresa, ressalta que a equipe está
432 acompanhando esse trabalho e sua execução, trouxe essa apresentação por justamente
433 ocorrer nesta reunião de trazer o calendário das reuniões anuais para a próxima gestão e
434 sugere caso os conselheiros tenham interesse que sejam objetos de todas as pautas para
435 fim de acompanhamento e que tenham entendimento do que está ocorrendo e o que está
436 faltando, se tem algo a melhorar ou que precisa de uma informação extra pauta e
437 aconselha que a SEMAS preste essa informação. Em seguida, repassa a palavra ao
438 **Conselheiro Carlos Amaral da CEPAPA** discute que no Conselho tem um problema de
439 nivelamento, exemplifica que quem esta na ponta e faz referência ao setor pesqueiro,
440 principalmente da pesca artesanal, pois tem uma depende da geração de renda vinda da
441 água e da qualidade desta, relata que são poucas pessoas que acompanham o setor
442 pesqueiro artesanal, principalmente as entidades representativas do Estado, cita que das
443 trezentas entidades representativas, apenas cinco o acompanham, exemplifica no âmbito
444 governamental a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e
445 Energia (SEDEME) possui um plano Pará 2030 que não inclui a pesca artesanal, ressalta
446 que o Pará é o maior produtor de pesca do Brasil, o que o chama atenção no Plano é que
447 foi apresentado na etapa II que mostra o cronograma físico, financeiro que apresenta na
448 pesquisa o setor minerador e questiona o que esse setor minerador representa e não
449 menciona o setor pesqueiro e faz outra referência às audiências públicas que dispõe de
450 quatro locais (Santarém, Belém, Altamira e Marabá) e menciona que o Pará possui duas
451 bacias que são as maiores e exemplifica que é a bacia do rio Amazonas na foz do Marajó,
452 conhecida como bacia marajoara, com grandes estuários, e a bacia do Araguaia-Tocantins
453 e propôs fazer sua contribuição a partir dessa informação para o site. **O Presidente do**
454 **Conselho Thales Belo** argumenta que a partir da proposta do Conselheiro Carlos do
455 Amaral será possível mobilizar um ato que envolva Conselho para levar a esses lugares a
456 proposta da discussão. A representante do Ministério Público Myrna Golvea faz o

457 agradecimento à Verônica e ao Secretário Tales pelo convite para participar como ouvinte
458 nas reuniões do CERH e parabeniza o trabalho destes no encaminhamento das
459 demandas. O Conselheiro José Waterloo Lopes Leal do CREA usa da palavra para se
460 despedir do CERH, já que seu contrato termina em Janeiro e também agradece aos
461 secretários pelo trabalho desenvolvido. O **Sr. Presidente do Conselho Thales Belo**
462 retorna à pauta, tratando do calendário anual de reuniões do CERH. Informa que a
463 primeira reunião está agendada para 27/02/2019, onde configura uma meta do
464 PROGESTÃO e que a partir do mês de março é que virão as reuniões ordinárias sugeridas
465 no quadro apresentado no data show e colocado para aprovação por votação a seguir. Por
466 unanimidade é aprovado o Calendário anual de reuniões do CERH de 2019. O **Sr.**
467 **Presidente do Conselho Thales Belo** passa para os informes e “ao que ocorrer”, e nesse
468 momento faz uma breve apresentação sobre um evento das Nações Unidas que o estado
469 do Pará foi convidado a participar na Polônia pelo Observatório do Código Florestal.
470 Ressalta que a participação do Estado à nível subnacional foi de grande relevância para
471 valorização de sua atuação na gestão e governança do território, já que nosso estado
472 ficou em segundo lugar com relação a transparência e regularização de gestão ambiental
473 no Brasil, ficando atrás apenas do Distrito Federal. Destacando-se especialmente o papel
474 do CIMAN (Centro de Integração e Monitoramento Ambiental) que é uma referência dentro
475 da ótica da inteligência tecnológica, priorizando o aprimoramento das imagens de satélites
476 para a gestão efetiva do território associado ao avanço do CAR (Cadastro Ambiental Rural)
477 no Pará que proporcionou essa publicidade para o Estado no tocante à transparência da
478 gestão e governança do território. **Sr. Presidente do Conselho Thales Belo** encerra a
479 apresentação mostrando a plataforma do Sistema de Alerta do Desmatamento e as
480 ferramentas que o Estado detém hoje que faz com que tenhamos condições de confrontar
481 os dados publicados a nível nacional, demonstrando as inconsistências de algumas
482 informações. O Presidente Tales finaliza a VIII Reunião Extraordinária do CERH
483 agradecendo a participação de todos e se despedindo, também solicita a continuidade dos
484 trabalhos deste Conselho na nova Gestão. A Secretaria Executiva Verônica aproveita
485 também para agradecer o Secretário Tales pela dedicação e priorização da pasta do
486 CERH dentro da SEMAS, faz também seu agradecimento pessoal pela participação que
487 teve durante esse curto período de atuação no CERH. Ao final, os Conselheiros foram
488 encaminhados para conhecer a nova sala onde funcionará a Secretaria executiva do
489 CERH, assim como a Sala de Monitoramento.

Thales Samuel Matos Belo
Presidente

Verônica Jussara Costa Bittencourt
Secretária Executiva